



PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE EM COOPERATIVAS DE SAÚDE

PROMOTION OF SUSTAINABILITY IN HEALTH COOPERATIVES

Eixo temático: nº5 Impactos e Contribuições Econômicas, Sociais e Ambientais

Deivid I. Forgiarini¹ Emanuel M. F. Caloête² Alexandre Garcia³ Vanessa Bortolini⁴

RESUMO: A sustentabilidade é um tema central nos debates contemporâneos, inclusive na saúde. No entanto, a literatura dominante trata o tema sob uma ótica tecnocrática, ignorando abordagens baseadas na identidade cooperativista. Este estudo propõe um novo modelo teórico para a promoção da sustentabilidade em cooperativas de saúde, fundamentado nos valores e princípios do cooperativismo. A metodologia adotada foi a revisão sistemática da literatura com base no Methodi Ordinatio, analisando 18 artigos internacionais publicados entre 2020 e 2024 na base Web of Science. O estudo combinou técnicas de análise de conteúdo e ferramentas como NVivo e VOSviewer. Os resultados revelam que a sustentabilidade ganha novos contornos quando articulada à cooperação ética, gestão democrática, territorialização e educação cooperativista. Conclui-se que a identidade cooperativista oferece uma lente potente para transformar práticas e políticas em saúde, contribuindo para a sustentabilidade institucional e social.

PALAVRAS-CHAVE: sustentabilidade, Identidade Cooperativista, saúde, revisão sistemática.

ABSTRACT: Sustainability has become a central theme in contemporary debates, including in the healthcare field. However, mainstream literature approaches the subject from a technocratic perspective, often overlooking frameworks grounded in cooperative identity. This study proposes a new theoretical model for promoting sustainability in health cooperatives, based on the values and principles of cooperativism. The adopted methodology was a systematic literature review using the Methodi Ordinatio protocol, analyzing 18 international articles published between 2020 and 2024 in the Web of Science database. The analysis combined content analysis techniques and tools such as NVivo and VOSviewer. Results show that sustainability takes on new meanings when linked to ethical cooperation, democratic management, territorial practices, and cooperative education. The study concludes that cooperative identity provides a powerful lens to transform health practices and policies, contributing to institutional and social sustainability.

KEYWORDS: sustainability, cooperative identity, healthcare, systematic review.

¹ Professor na Universidade Federal do Acre (UFAC). deividforgiarini@gmail.com.

² Doutorando do PPGAD da Universidade do Vale do Taquari (Univates). emanuel@verticeconsultores.com.br.

³ Pesquisador Independente. garcia@speakeralexandregarcia.com.br.

⁴ Doutoranda bolsista PROEX/CAPES na Universidade do Vale do Sinos (Unisinos) - vsbortolini@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade tornou-se um tema central nas agendas globais após a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Organização das Nações Unidas, em 2015. No campo da saúde, entendida pela Organização Mundial da Saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, os desafios de garantir acesso universal, qualidade dos serviços e viabilidade econômico-financeira têm levado gestores e pesquisadores a buscarem modelos organizacionais que integrem as dimensões econômica, social e ambiental. Nesse contexto, as cooperativas de saúde representam alternativas promissoras, por se basearem em valores que promovem práticas colaborativas, democráticas e solidárias.

Apesar do avanço das discussões sobre sustentabilidade na saúde, a produção científica permanece majoritariamente tecnocrática e funcionalista, focada em desempenho, inovação e eficiência, com pouca atenção à identidade cooperativista como lente teórica e prática. Diante disso, a pergunta que orienta este estudo é: como a sustentabilidade pode ser abordada em cooperativas de saúde a partir de uma perspectiva fundamentada na identidade cooperativista?

O objetivo é propor uma abordagem teórica e analítica da sustentabilidade em cooperativas de saúde ancorada nos valores e princípios do cooperativismo. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática da literatura internacional indexada na base Web of Science, com uso do protocolo Methodi Ordinatio. O processo seguiu nove etapas, desde a definição da questão de pesquisa até a análise crítica dos artigos. Foram selecionados 18 artigos publicados entre 2020 e 2024, cujos títulos incluíam os termos “health” e “sustainability”. A análise dos dados contou com o uso dos softwares NVivo e VOSviewer e foi orientada pela análise de conteúdo, conforme Bardin (2015).

Os resultados revelam que a sustentabilidade, nos estudos analisados, é tratada de forma predominantemente operacional, voltada à eficiência, inovação tecnológica e estrutura organizacional. Ao reinterpretar esses dados à luz da identidade cooperativista — estruturada nas categorias cooperação, cooperativa, cooperativismo e pessoa cooperativista —, foi possível propor um novo modelo analítico que valoriza a cooperação ética, a gestão democrática, a educação cooperativista e o compromisso comunitário.

A pesquisa se justifica tanto pela escassez de estudos que articulem sustentabilidade e identidade cooperativista quanto pela necessidade de subsidiar o fortalecimento institucional das cooperativas de saúde. O texto está organizado em cinco seções, além desta introdução, há o referencial teórico, a metodologia, os resultados, a análise dos resultados e as considerações finais.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são discutidos os temas da Sustentabilidade e da Identidade Cooperativista.

2.1 Sustentabilidade

A discussão sobre sustentabilidade, entendida como equilíbrio entre desenvolvimento econômico, justiça social e preservação ambiental, tem raízes históricas que ajudam a compreender seus desafios atuais. Desde os séculos XVIII e XIX, no contexto da Revolução Industrial e da exploração de recursos naturais, Malthus (2010) alertava sobre os riscos do crescimento populacional descompassado dos recursos, enquanto Thoreau (1854) defendia uma vida em harmonia com a natureza.

Nas décadas de 1960 e 1970, diante da poluição industrial e crises ecológicas, Carson (1962) denunciou os danos dos pesticidas à saúde e ao meio ambiente. Meadows, Meadows & Randers (1978) apontaram a insustentabilidade do crescimento populacional e econômico contínuo em um planeta finito, defendendo um modelo de desenvolvimento sustentável com controle populacional e eficiência no uso de recursos.

Nos anos 1980, em meio a crises econômicas e desigualdade global, o Relatório Brundtland da ONU (1991) definiu desenvolvimento sustentável como aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as futuras”, alertando sobre os efeitos da exploração excessiva, da poluição e das desigualdades sociais. O relatório também defendeu que proteção ambiental e crescimento econômico deveriam ser conciliados e recomendou participação pública e governança global.

A década de 1990 foi marcada por marcos como a Agenda 21 da ECO-92, a ISO 14001 (1996) e o Protocolo de Kyoto (1997). Meadows, Meadows & Randers (1992) reiteraram os limites do crescimento, e Hawken (1993) propôs uma reinvenção empresarial harmônica com a natureza. Daly (1996) introduziu a economia ecológica e Capra (1996), a visão sistêmica da ecologia.

Em 1997, Elkington propôs o Triple Bottom Line (TBL), com três dimensões interdependentes: social (direitos, inclusão), ambiental (eficiência de recursos, gestão de resíduos) e econômica (viabilidade e ética). No mesmo ano, Daily (1997) quantificou os serviços ecossistêmicos. Em 1998, Elkington analisou a adoção do TBL pela Shell, destacando os desafios de medição integrada e a importância de relatórios e normas como a ISO 14001.

Sen (1999) vinculou a sustentabilidade ao desenvolvimento humano e à ampliação das liberdades, enquanto Castells (1999), focando na inclusão social, apontou a urgência de

combater as novas formas de exclusão na era digital. Na década de 2000, novas abordagens surgiram a partir do TBL, como o “capitalismo natural” de Hawken, Lovins & Lovins (2000), que propunha integrar ecossistemas ao sistema produtivo, com foco em eficiência e regeneração.

Sachs (2002) reforçou a interdependência entre progresso econômico, justiça social e equilíbrio ecológico. Em 2006, surgiu o ESG, com critérios ambientais, sociais e de governança para investimentos responsáveis. Rockström (2009) apresentou o conceito das nove fronteiras planetárias, que delimitam os limites seguros para a ação humana. Jackson (2013) destacou a necessidade de compatibilizar atividades humanas com os ecossistemas, evitando a exaustão dos recursos.

Nos anos 2010, a Ellen MacArthur Foundation (2012) propôs a economia circular, substituindo o modelo linear por ciclos de reuso e regeneração. Jackson (2013) reiterou a compatibilidade entre sustentabilidade e conservação dos ecossistemas. Em 2015, os ODS da ONU definiram 17 objetivos e 169 metas integradas, para erradicar a pobreza, combater as mudanças climáticas e promover o desenvolvimento sustentável de forma colaborativa entre governos, setor privado e sociedade civil.

Raworth (2019) lançou a Doughnut Economics, modelo baseado na conciliação entre um piso social (necessidades humanas básicas) e um teto ecológico (limites planetários), em crítica ao PIB como métrica de progresso. Já Schwab (2016) propôs a Sustentabilidade 4.0, articulando os ODS à Quarta Revolução Industrial, com uso de tecnologias como IoT, IA e blockchain para otimizar processos sustentáveis.

Apesar do vasto debate, Feil e Schreiber (2017) observam que a falta de clareza conceitual sobre sustentável, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável dificulta a avaliação e aplicação prática desses termos. Para os autores, é preciso distinguir o objetivo (ser sustentável), a métrica (sustentabilidade) e as ações (desenvolvimento sustentável), a fim de criar um referencial axiomático claro.

2.2 Identidade Cooperativista

A identidade cooperativista é um constructo teórico originado da prática, que orienta a organização, gestão e participação em cooperativas, diferenciando-se da lógica das empresas de capital. Para esta pesquisa ela se sustenta em quatro dimensões: cooperação, cooperativa, cooperativismo e cooperativista. Compreender cada uma delas permite distinguir as cooperativas de outras formas organizacionais e reconhecer seu potencial transformador econômico, social, ambiental e institucional.



A cooperação é a base das experiências cooperativistas e um processo social essencial anterior à sua aplicação econômica. Para Bogardus (1964), manifesta-se em níveis, do reflexo ao altruísmo, sendo este uma colaboração consciente em prol do coletivo. Pinho (1962) a define como ação organizada com objetivo comum; Schneider (2019), como ação entre indivíduos ou grupos por metas conjuntas; e Nisbet (1972), como comportamento colaborativo com interesse compartilhado.

A cooperação assume formas variadas e níveis de institucionalização. Schneider (2019) e Namorado (2013) distinguem entre cooperação espontânea, coercitiva, formal, informal, direta e indireta. Para Bogardus (1964), os níveis vão do reflexo (sobrevivência) ao altruísmo (compromisso com o bem comum), quando a cooperação se torna um valor pessoal e ético.

Camargo e Becker (2012) apontam que a cooperação é simultaneamente método e resultado: como método, envolve escolha empática e compreensão mútua; como resultado, deriva dessas relações e exige desenvolvimento cognitivo e respeito. Essa perspectiva ajuda a entender como a cooperação gera organizações com valores compartilhados e práticas democráticas, como as cooperativas.

Já a cooperativa é a institucionalização da cooperação como valor e prática. Diferente das empresas de capital, voltadas à maximização do lucro, as cooperativas buscam atender às necessidades de seus membros. Fernandes (1967) define cooperativa como sociedade voltada ao benefício do grupo. Dicionários Oxford e Merriam-Webster (2024) descrevem-na como organização pertencente e gerida pelos participantes, com lucros compartilhados. Münker e Mateus (2011), no contexto jurídico alemão, a definem como sociedade aberta que visa promover atividades econômicas sustentadas em conjunto.

A lógica da cooperativista se opõe à da empresa de capital. Enquanto estas visam ao lucro (Marshall, 1983), com decisões centralizadas (Berle & Means, 1984), as cooperativas priorizam a satisfação dos associados, que são usuários, donos e gestores. Herbst e Prüfer (2016) evidenciam essa diferença ao comparar direitos de controle, distribuição de rendimentos e financiamento.

Novkovic (2008) critica a abordagem tradicional baseada em controle e propriedade, propondo considerar princípios e valores cooperativistas. Para a autora, as cooperativas atuam como inovações sociais em mercados concentrados, oferecendo respostas éticas e sustentáveis. Em trabalho posterior, Novkovic (2022) reforça a ideia de que as cooperativas, ancoradas em sua identidade, funcionam como indicadores normativos em relatórios de sustentabilidade,

promovendo distribuição justa de renda, democracia econômica e desenvolvimento comunitário em consonância com os ODS.

A definição da Aliança Cooperativa Internacional (ICA, 2015) sintetiza o conceito de cooperativa: associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer necessidades econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade conjunta e gestão democrática.

Já o cooperativismo é a teoria econômica, fundamentada em valores que sustenta o agir das cooperativas. Como corpo teórico, oferece alternativa à lógica capitalista e evolui conforme o contexto histórico (Namorado, 2013). Ele se ampara na prática e retroalimenta o movimento cooperativo, articulando teoria e ação.

Segundo a ICA (2022), os valores do cooperativismo incluem autoajuda, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Para Fontela (2017), representam concepções do que é bom e desejável; Schneider (2019) os entende como ideias que orientam a ação, operacionalizadas pelos princípios cooperativistas: adesão voluntária, gestão democrática, participação econômica, autonomia, educação, intercooperação e compromisso com a comunidade.

Charterina (1995) destaca que os princípios são interdependentes, e sua fragilização compromete o conjunto. Fontela (2017) afirma que, mesmo garantidos formalmente, é necessário que estejam orientados à melhoria das condições humanas. Assim, o cooperativismo se configura como teoria crítica ao paradigma capitalista. Forgiarini (2019) ressalta que aplicar à gestão de uma cooperativa os pressupostos do capital é incompatível com sua lógica, voltada à dignidade, bem-estar e justiça social.

E o último traço da Identidade Cooperativista é o ser (ou o adjetivo) cooperativista. Este adjetivo é dado a quem internaliza os valores e princípios do cooperativismo, atuando de forma comprometida com a prática. Trata-se de uma identidade construída pela educação cooperativista, essencial para formar o ser cooperativista (Schneider, Hendges & Silva, 2010; Schneider, 2003; 2019; Wilson & Shaw, 2016; Alves, 2019). A formação antecede e sustenta a criação de cooperativas. A frase de Maurice Colombain, citada por Schneider (2019) — “é preciso formar cooperados antes de criar cooperativas” — sintetiza essa centralidade.

Drimer & Drimer (1981) observam que o cooperado imbuído da cultura cooperativista desenvolve vínculo profundo com a organização, expresso em atitudes éticas, solidariedade e engajamento. O cooperativista é sujeito ativo, protagonista do processo cooperativista, com pensamento crítico e ação coletiva.



A educação cooperativista desempenha um papel transformador nesse processo. Schneider (2003; 2019) destaca que ela promove o desenvolvimento cognitivo e moral, preparando os membros para a prática da autogestão e da democracia econômica. Wilson e Shaw (2016) apontam que a educação cooperativista fortalece a resiliência e a capacidade de inovação, articulando desenvolvimento pessoal e mudança estrutural. O cooperativista, nesse sentido, é a expressão viva da identidade cooperativista, articulando valores, princípios e ação.

A identidade cooperativista pode ser compreendida como a síntese teórico-prática dos elementos que estruturam o modo de ser, agir e organizar das cooperativas. Ela emerge da intersecção entre a cooperação como processo social fundamental, o cooperativismo enquanto teoria e sistema de valores, a cooperativa como forma organizacional específica e o cooperativista como sujeito comprometido com essa cultura.

Assim, a identidade cooperativista representa uma forma distinta de organização econômica e social, orientada por princípios éticos, pela democracia participativa e pela busca do bem comum, constituindo uma alternativa sólida e transformadora frente aos modelos tradicionais de organização baseados no capital.

Quadro 1 – Dimensões da Identidade Cooperativista

Dimensão	Definição	Autores de Referência
Cooperação	Processo social basilar, baseado em ação coletiva orientada a fins comuns, com diferentes formas e graus, do instintivo ao altruísmo. Método de trabalho.	Bogardus (1964); Pinho (1962); Schneider (2019); Nisbet (1972); Camargo & Becker (2012); Namorado (2013)
Cooperativa	Estrutura organizacional autônoma e democrática que visa suprir necessidades coletivas por meio da cooperação entre membros. Manifestação organizacional do cooperativismo.	ICA (2015); Fernandes (1967); Oxford (2024); Merriam-Webster (2024); Münker & Mateus (2011); Novkovic (2005; 2022); Schneider (2019)
Cooperativismo	Teoria que oferece uma alternativa ao atual sistema, baseada em valores como solidariedade e democracia e tem a pessoa no centro da economia	Fontela (2017); ICA (2022); Charterina (1995); Schneider (2019); Forgiarini et al. (2022); Namorado (2013)
Cooperativista	Adjetivo de quem, ou o quê é formado na cultura cooperativista, que internaliza seus valores e princípios e atua de forma comprometida com tais.	Schneider (2003; 2019); Schneider, Hedges & Silva (2010); Wilson & Shaw (2016); Drimer & Drimer (1981)

Fonte: Elaboração própria

O quadro 1 resume a enquadramento teórico que servirá de lente da análise dos artigos coletados. Nesse sentido, investigar como a atuação das cooperativas de saúde, orientadas pela Identidade Cooperativista, configura-se como uma alternativa para a oferta de um modelo de atenção comprometido com o bem comum. É a partir da integração entre sustentabilidade e identidade cooperativista que se desenvolverá, a seguir, a análise da sustentabilidade nas cooperativas de saúde, com base na literatura científica recente.

3 METODOLOGIA

Revisar a literatura significa abranger os estudos publicados que fornecem uma avaliação da bibliografia relacionada a assuntos específicos (Galvão, 2019). Existe uma variedade de artigos de análise da literatura que apresentam diversas abordagens para as diferentes fases do desenvolvimento desses estudos. São 14 diferentes tipos de análise de literatura, abrangendo desde uma visão geral até análises sistemáticas e meta-análises (Grant; Booth, 2023). A presente pesquisa se caracteriza como uma revisão sistemática da literatura.

O *Methodi Ordinatio* é um tipo de revisão sistemática da literatura composto por nove passos (Pagani; Kovaleski, Resende, 2015): (P1) Estabelecimento da intenção de pesquisa; (P2): Pesquisa preliminar exploratória com as palavras-chave nas bases de dados; (P3) Definição e combinações das palavras-chave e bases de dados; (P4) Pesquisa nas bases de dados; (P5) Procedimentos de filtragem; (P6) Identificação do Fator de Impacto, do ano e número de citações de cada artigo; (P7) Ordenação dos artigos por meio do *InOrdinatio*; (P8) Localização dos artigos em formato integral; (P9) Leitura e análise dos artigos.

Apresenta-se aqui a fórmula do *Methodi Ordinatio*:

$$InOrdinatio = (Fi / 1000) + \alpha * [10 - (At - Ar)] + (\sum Ci)$$

Na fórmula:

Fi é o fator de impacto; α é igual a 10; At é o ano atual da revisão sistemática; Ar é o ano de publicação do artigo; e Ci é o número de citações do artigo.

Com os dados tabulados em uma planilha eletrônica calcula-se o *Index Ordinatio* (*InOrdinatio*), que por sua vez possibilita ordenar os artigos de acordo com a sua relevância.

Os nove passos do *Methodi Ordinatio* foram cumpridos como segue:

(P1) Definição da questão de pesquisa: “Como a sustentabilidade pode ser abordada em cooperativas de saúde?”. (P2) Pesquisa preliminar exploratória com palavras-chave na base de dados; (P3) Definição das palavra-chave para as buscas: “sustainability” e “health” e definição de que a busca se daria por título dos artigos; (P4) Realização da busca na base de dados Web Of Science [238 artigos encontrados]; (P5) Definição do corte temporal: 2024, 2023, 2022, 2021 e 2020, definição do idioma buscado seria somente em inglês, definição de que só se considerariam artigos completos disponíveis na base de dados [resultado parcial: 174 artigos], análise dos títulos dos artigos [resultado parcial: 62 artigos], análise dos resumos dos artigos [resultado parcial: 35 artigos]; (P6) Busca dos dados (fator de impacto, ano e número de citações) para os 35 artigos; (P7) Construção do *Ranking Ordinatio*; (P8) Decisão dos pesquisadores de selecionar artigos com o *InOrdinatio* superior a 27 pontos [resultado: 18



artigos classificados]; (E19) Análise utilizando softwares específicos, elaboração dos resumos dos 18 artigos e lapidação do estudo.

Além da aplicação do protocolo *Methodi Ordinatio*, foi utilizada a análise de conteúdo conforme proposta por Bardin (2015), a fim de permitir uma leitura sistemática, objetiva e inferencial do material selecionado. Essa técnica foi aplicada em duas etapas principais: inicialmente, procedeu-se à pré-análise, que envolveu a leitura flutuante dos 18 artigos selecionados, com o objetivo de identificar categorias temáticas recorrentes na literatura sobre sustentabilidade em saúde; em seguida, realizou-se a exploração do material, com a codificação dos conteúdos no software NVivo, que possibilitou a organização dos dados em eixos temáticos.

A interpretação dos resultados foi conduzida por meio de uma análise categorial, que agrupou os sentidos emergentes em torno de núcleos de significado relacionados à sustentabilidade. Posteriormente, esses núcleos foram reinterpretados à luz do referencial teórico da identidade cooperativista, resultando em um novo quadro analítico orientado por princípios, valores e práticas específicas do cooperativismo. Na próxima seção é apresentado o resultado da revisão sistemática, ou seja, o resumo dos artigos selecionados.

4 RESULTADOS

Essa seção apresenta os resultados da revisão sistemática, com os resumos dos artigos selecionados a partir do *Ranking Ordinatio*.

O artigo que liderou o ranking, *Is Management Essential to Improving the Performance and Sustainability of Health Care Systems and Organizations* (Lega, Prenestini e Spurgeon, 2013), analisou práticas gerenciais e seus efeitos na performance dos sistemas de saúde. Os autores destacaram a crescente utilização da análise do desempenho e da adoção de metodologias e práticas, inspiradas no modelo Lean desde os anos 1980.

O segundo artigo no ranking, *Market Segmentation of Consumers Based on Their Actual Sustainability and Health-Related Purchases* (Sarti, Darnall e Testa, 2018), examinou 370 mil compras de 132 consumidores italianos ao longo de 30 meses, concluindo que o discurso pró-sustentabilidade nem sempre se traduz em prática, sendo recomendada a adoção de uma comunicação mais eficaz e ações educativas.

O terceiro artigo do ranking, *Healthcare Sustainability and the Role of Intellectual Capital* (Cavicchi, 2017), analisou a contribuição do capital intelectual para a sustentabilidade no Serviço de Saúde da Emilia-Romagna, Itália e constatou que a sustentabilidade ainda é tratada pontualmente; que é necessário aprimorar o envolvimento dos médicos no gerenciamento das doenças; que a tecnologia tem potencial catalisador, desde que seus custos

sejam bem avaliados; que os sistemas de desempenho e incentivos são incipientes, e que a contabilidade de custos ainda domina a gestão.

O quarto artigo do ranking, *Environmental Sustainability and Health Outcomes* (Omri, Kahouli e Kahia, 2023), estudou a relação entre sustentabilidade ambiental e saúde na Arábia Saudita, destacando o papel das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e da inovação, sendo recomendada a integração dos indicadores tecnológicos às políticas ambientais, propondo-se um modelo que articula sustentabilidade, inovação e saúde pública.

O quinto artigo do ranking, *Fossil Fuel Price Policy and Sustainability* (Taghvaei et al., 2023), propôs uma política de preços para combustíveis fósseis no Irã, alinhada às metas da ONU para 2030 e a defesa de aumentos graduais de preços como forma de reduzir consumo, emissões de CO₂ e impactos na saúde.

O sexto artigo no ranking *Framing the Shades of Sustainability in Health Care* (Borgonovi et al., 2018), analisou o uso do conceito de sustentabilidade nos discursos institucionais de saúde na Europa Ocidental, indicando que a sustentabilidade comumente é associada à "eficiência" e "inovação", com pouca atenção à justiça social e aos impactos ecológicos.

O sétimo artigo do ranking, *Internal Flexibility in Health-Care Organizations* (Kumar, 2022), investigou a flexibilidade interna em organizações de saúde na Índia, concluindo que a integração de recursos internos, com parcerias externas, fortalece o atendimento e que a sustentabilidade depende mais de estratégias resilientes de gestão do que da simples disponibilidade de recursos.

O oitavo artigo do ranking, *Searching for Sustainability in Health Systems* (Degrave et al., 2022), avaliou a sustentabilidade da saúde móvel (mHealth) sob as dimensões social, econômica e ambiental, destacando a importância de acesso equitativo, da eficiência no uso de recursos e redução de impactos ambientais.

O nono artigo no ranking, *A New Dimension of Health Sustainability Model After Pandemic Crisis Using Structural Equation Model* (Ritmak, Rattanawong e Vongmanee, 2023), apresentou uma nova abordagem de sustentabilidade. Com base em 45 indicadores, os autores desenvolveram um modelo que amplia o TBL, incluindo a saúde como uma nova dimensão.

O décimo artigo do ranking, *Sustainability Challenges in Public Health Sector Procurement* (Zaidi et al., 2021), examinou barreiras à sustentabilidade nas compras públicas de saúde no Paquistão, que vão de limitações internas (como falta de capacitação) a externas (ausência de regulamentações e produtos sustentáveis).



O décimo primeiro artigo do ranking, *Guiding Principles for the Next Generation of Health-Care Sustainability Metrics* (Eckelman et al., 2024), propôs o aprimoramento das métricas de sustentabilidade no setor, o alinhamento das metas ambientais e financeiras, a padronização das métricas para comparabilidade entre instituições, o aprendizado com práticas de alto desempenho e a integração de dados de emissões a bancos clínicos e de compras.

O décimo segundo artigo do ranking, *Planetary Health Values and Their Implications for Sustainability Governance* (Robson, 2024) introduziu o conceito de saúde planetária, que reconhece a interdependência entre saúde humana e ecossistemas. Apesar da predominância de visões antropocêntricas, destacou-se também o reconhecimento do valor intrínseco da natureza.

O décimo terceiro artigo do ranking, *Evaluating the Sustainability of Complex Health System Transformation in the Context of Population Ageing* (Selcuk e Vasilakis, 2021) analisou os efeitos do envelhecimento populacional na sustentabilidade dos sistemas de saúde e avaliou como transformações complexas podem ser planejadas com base em dados demográficos. O estudo destacou a necessidade urgente de reestruturação dos serviços para atender à crescente demanda por cuidados médicos em sociedades em rápido envelhecimento.

O décimo quarto artigo do ranking, *Readiness for Agile-Sustainability in Health-Care Organizations* (Thomas & Suresh, 2023) tratou da capacidade de adaptação rápida das organizações às mudanças, sem comprometer os pilares econômico, social e tecnológico da sustentabilidade, sendo a liderança organizacional o fator mais influente e a eficiência no uso de recursos o mais dependente.

O décimo quinto artigo do ranking, *The Dynamic Evaluation Model of Health Sustainability Under MCDM Benchmarking Health Indicator Standards* (Ritmak, Rattanawong e Vongmanee, 2023) apresentou um modelo quantitativo de avaliação da sustentabilidade da saúde, aplicado à província de Khon Kaen, na Tailândia. Os maiores índices foram registrados nas dimensões econômica, social, saúde e ambiental, respectivamente.

O décimo sexto artigo do ranking, *Hospitals' Financial Health in Rural and Urban Areas in Poland: Does It Ensure Sustainability?* (Bem et al., 2020), analisou a saúde financeira dos hospitais rurais na Polônia e mostrou que não há diferenças significativas entre hospitais urbanos e rurais — em alguns casos, os rurais têm desempenho superior.

No décimo sétimo do ranking, “*Factors that Foster and Challenge the Sustainability of Departmental Health Insurance Units in Senegal*” (Ridde et al., 2022), os autores analisaram a sustentabilidade financeira do sistema de saúde senegalês, no contexto da busca por um modelo

universal de cobertura e indicou os principais entraves e ações necessárias para a efetiva implantação do sistema.

O último artigo do ranking, *Financial Literacy of Managers in Serbian Health Care Organizations as a Path to Sustainability* (Gačić et al., 2023), analisou a relação entre alfabetização financeira de gestores de saúde na Sérvia e a sustentabilidade institucional e mostrou que, apesar da participação na gestão orçamentária, muitos não têm formação formal em finanças, e conceitos como “ponto de equilíbrio” ainda são pouco dominados.

Essa seção apresentou os resultados da revisão sistemática, com os resumos dos artigos selecionados. Na próxima seção, será feita a discussão e análise crítica desses resultados.

5 DISCUSSÃO E ANÁLISE CRÍTICA

Também foram utilizados softwares para a análise dos artigos, o primeiro deles foi o NVivo, visando a contagem das palavras mais recorrentes.

A análise das 30 palavras mais citadas nos artigos revela temas recorrentes e centrais que atravessam os textos. O termo mais frequente é "health", seguido de "sustainable", o que indica uma forte preocupação com questões relacionadas à saúde e ao desenvolvimento sustentável. A combinação desses dois termos, somada à presença de palavras como "environment", "climate", "impact" e "risk", sugere que muitos dos artigos tratam da relação entre saúde pública e fatores ambientais, especialmente no contexto das mudanças climáticas e dos riscos socioambientais. Além disso, há uma ênfase considerável em termos ligados à gestão e organização, como "management", "system", "process", "service", "model" e "design". Isso indica que os textos analisados abordam não apenas os desafios em saúde e sustentabilidade, mas também discutem estruturas e estratégias organizacionais voltadas à eficiência e à inovação em serviços e políticas públicas.

Outro grupo de palavras aponta para o papel das tecnologias: termos como "technology", "digital" e "innovation" aparecem com destaque, sinalizando que a transformação digital e o uso de tecnologias emergentes são temas relevantes nos estudos analisados. Esses elementos são provavelmente tratados como parte de soluções ou intervenções voltadas a sistemas de saúde, meio ambiente ou desenvolvimento sustentável. A presença de palavras como "research", "study", "result", "information" e "approach" evidencia o caráter acadêmico dos textos, com base em produção empírica e científica. Isso sugere que os artigos apresentam resultados de estudos de caso, pesquisas aplicadas ou análises de políticas, com uma intenção clara de contribuir para o conhecimento prático e teórico.



Por fim, termos como "*social*", "*population*" e "*need*" indicam que as discussões não se limitam a aspectos técnicos ou ambientais, mas também incluem preocupações sociais, envolvendo questões de justiça, inclusão e atendimento a demandas da população.

Em síntese, a nuvem de palavras construída a partir dos textos revela um campo de estudos voltado à integração entre saúde, sustentabilidade, tecnologia e gestão, com forte ancoragem científica e uma preocupação evidente com impactos sociais e ambientais. Trata-se de uma produção acadêmica aplicada, voltada a compreender e propor soluções para desafios contemporâneos complexos.

A seguir foi utilizado o software VOSviewer que auxilia na identificação de clusters, ou seja, de temas de estudo que ocorrem de forma conectada. O termo “*sustainability*”, que aparece como conceito central a partir do qual se conectam diversos outros termos. Essa posição indica a relevância do conceito de sustentabilidade como eixo organizador da produção científica analisada.

Um dos agrupamentos mais evidentes está relacionado ao campo da saúde e da gestão hospitalar, reunindo termos como “*health care*”, “*hospitals*”, “*agility*”, “*total interpretive structural*” e “*sustainable process initiative*”. Este grupo sugere uma abordagem voltada à sustentabilidade organizacional, destacando a importância de práticas ágeis, de processos sustentáveis e da análise interpretativa estrutural na gestão dos serviços de saúde. Outro agrupamento trata das dimensões social, política e financeira da sustentabilidade, com termos como social “*sustainability*”, “*political sustainability*”, “*financial sustainability*”, “*health services*”, “*national health service*” e “*health policy*”. Este grupo parece representar uma preocupação com a sustentabilidade dos sistemas de saúde públicos, abordando os desafios sociais, econômicos e institucionais que envolvem o financiamento, a formulação de políticas e a garantia de acesso aos serviços de saúde.

Um terceiro grupo aborda a sustentabilidade no contexto dos mercados emergentes e da flexibilidade organizacional, por meio de termos como “*internal flexibility*”, “*emerging market*” e “*health-care organizations*”. Esse agrupamento aponta para a necessidade de adaptação das organizações de saúde às condições específicas de contextos econômicos em desenvolvimento, destacando a flexibilidade como uma característica central para alcançar a sustentabilidade. Também aparece um grupo voltado à educação financeira, com termos como “*financial knowledge and skills*”, “*financial literacy*” e “*health organizations*”, indicando uma interrelação entre o desenvolvimento de capacidades financeiras e a sustentabilidade das instituições de saúde.

Por fim, há um agrupamento centrado na gestão e nos sistemas de saúde, incluindo termos como “*health care system*”, “*management*” e “*governance*”. Este grupo evidencia a conexão entre sustentabilidade e práticas de gestão, ressaltando a importância da governança e da estruturação dos sistemas de saúde como elementos-chave para a sustentabilidade a longo prazo. As conexões entre os diferentes termos demonstram a complexidade e a interdependência dos fatores envolvidos na construção da sustentabilidade no setor da saúde. Assim, a rede evidencia que o conceito de sustentabilidade é tratado de maneira multifacetada, articulando dimensões operacionais, políticas, econômicas, educacionais e institucionais.

O Quadro 02, intitulado “Categorias temáticas com ações para os gestores de saúde”, representa a sistematização tradicional das evidências, tal como usualmente apresentada por pesquisadores que não incorporam a identidade cooperativista como lente analítica distintiva. Trata-se de uma categorização construída a partir dos 18 artigos selecionados sobre sustentabilidade em organizações da área da saúde, mas que não estabelece qualquer articulação teórica ou prática com os princípios e valores do cooperativismo, apresentado a seguir.

Quadro 02: Categorias Temáticas com Ações para Gestores de Saúde

Categoria	Conceito Resumido	Autores Relacionados	Ações sugeridas para o Gestor da área de Saúde
1. Sustentabilidade em Saúde	Integra cuidado à saúde, responsabilidade ambiental e justiça social.	Lega et al. (2013), Sarti et al. (2018), Borgonovi et al. (2018), Degavre et al. (2022), Robson (2024), Selcuk & Vasilakis (2023), Ritmak et al. (2023)	Implantar programas de redução de resíduos hospitalares e incentivar o uso de materiais biodegradáveis nos serviços de saúde.
2. Gestão de Desempenho e Inovação Tecnológica	Foca em práticas gerenciais, liderança e cultura organizacional como fatores de sustentabilidade com o uso de tecnologias digitais (, com o uso de tecnologias digitais (IoT, IA, blockchain)	Lega et al. (2013), Thomas & Suresh (2023), Gačić et al. (2023), Kumar (2022), Ridde et al. (2022)	Capacitar líderes e gestores intermediários em planejamento estratégico com foco em resultados sustentáveis e melhoria contínua. Implantação / aprimoramento de sistemas digitais para monitoramento ambiental e gestão sustentável em cooperativas.
3. Estrutura e Organização dos Sistemas de Saúde	Refere-se à capacidade institucional e sistêmica de garantir acesso, eficiência e equidade.	Selcuk & Vasilakis (2023), Zaidi et al. (2021), Degavre et al. (2022), Ridde et al. (2022), Bem et al. (2019), Ritmak et al. (2023)	Reorganizar fluxos assistenciais para otimizar recursos (como leitos e exames) e garantir continuidade do cuidado.
4. Gestão do Capital Intelectual	Importância dos ativos intangíveis como liderança, cultura organizacional e engajamento para promover a sustentabilidade na saúde,	Cavicchi (2017), Eckelman et al. (2024), Ritmak et al. (2023), Thomas &	Implementar sistemas de informação e painéis de indicadores que permitam o acompanhamento da sustentabilidade dos serviços



	envolvendo o uso de indicadores, modelos e pesquisas para subsidiar decisões sustentáveis.	Suresh (2023), Omri et al. (2024)	bem como o incentivo à educação formal e informal neste temas.
5. Aspectos Econômicos e Financeiros	Trata da gestão eficiente dos recursos financeiros e uso racional de insumos.	Taghvaee et al. (2022), Bem et al. (2019), Gačić et al. (2023), Zaidi et al. (2021), Ridde et al. (2022)	Realizar auditorias periódicas de custos e adotar modelos de compras sustentáveis com critérios ecológicos e econômicos.
6. Atores e Beneficiários do Sistema de Saúde	Análise do perfil e comportamento das pessoas em relação a produtos sustentáveis e de saúde, adotando novas (ou aprimorando) estratégias de comunicação. Com isso se valoriza a participação de pacientes, profissionais e comunidades no processo de cuidado, bem como a divulgação desse diferencial competitivo.	Robson (2024), Sarti et al. (2018), Borgonovi et al. (2018), Kumar (2022), Ridde et al. (2022)	Criar comitês com participação de usuários, profissionais e cooperados para debater melhorias nos serviços e produtos sustentáveis, bem como na divulgação destes.

Fonte: Elaboração própria

Sua apresentação, contudo, não é meramente descritiva: ela cumpre a função estratégica de evidenciar a diferença substantiva em relação ao Quadro 3. Este último foi elaborado a partir de uma releitura crítica das mesmas evidências empíricas, agora reinterpretadas à luz da identidade cooperativista. Assim, além de mobilizar a análise de conteúdo, conforme Bardin (2015) e o método de sistematização VOSviewer®, propomos uma nova síntese, orientada por categorias que emergem da ótica cooperativista, reafirmando seu potencial heurístico na formulação de diretrizes específicas para a gestão em saúde, apresentado a seguir.

Quadro 03: Identidade Cooperativista como Instrumento para Promoção da Sustentabilidade em Cooperativas de Saúde

Categoria	Conceito	Autores	Sugestões p/ Gestores de Cooperativas de Saúde
1. Cooperação como Fundamento Ético da Sustentabilidade	A sustentabilidade em cooperativas de saúde nasce de uma cooperação ética, voluntária e consciente, voltada ao bem comum e a maximização dos resultados para os cooperados.	ONU(2015), Pinho (1962), Schneider(2019), Bogardus (1964) Camargo & Becker (2012), Novkovic (2022), Capra (1996), Lega et al. (2013), Sarti et al. (2018)	Promover atividades educativas que resgatem os valores da cooperação como base para práticas sustentáveis nos serviços de saúde.
2. Gestão Democrática e Participativa para o Desenvolvimento Sustentável	A autogestão democrática fortalece a sustentabilidade ao permitir que os membros decidam coletivamente os rumos da cooperativa, alinhando eficácia e valores sociais.	ICA (2022), Berle & Means (1984), Novkovic (2008), Schneider (2003), Sachs (2002), Sen (1999), Thomas & Suresh (2023), Kumar (2022)	Implementar formações sobre governança participativa com foco em avaliação de impacto social, ambiental e econômico coletivo.
3. Estrutura Cooperativa como Alternativa	As cooperativas são organizações projetadas para responder a necessidades reais dos membros, promovendo	ICA (2015), Fernandes (1967), Merriam-Webster (2024), Oxford (2024), Daly (1996), Elkington (1997), Selcuk &	Redesenhar os fluxos e estruturas organizacionais com base nos princípios de equidade, territorialização

Sistêmica Sustentável	justiça no acesso à saúde e práticas territoriais sustentáveis.	Vasilakis (2023), Bem et al. (2019)	e compromisso comunitário.
4. Educação Cooperativista como Transformação Sustentável	A educação cooperativista forma sujeitos conscientes, críticos e comprometidos com a construção de sistemas de saúde justos, resilientes e sustentáveis.	Schneider, Hendges & Silva (2010), Wilson & Shaw (2016), Alves (2019), Jackson (2013), Rockström (2009), Eckelman et al. (2024), Degavre et al. (2022)	Criar programas educativos contínuos vinculando os ODS à prática cooperativa em saúde, com foco em cogenesis e inovação responsável.
5. Economia Cooperativa e Finanças Solidárias	A sustentabilidade econômica nas cooperativas é orientada pela equidade, pela viabilidade coletiva e pelo uso racional dos recursos.	Fontela (2017), Forgiarini (2019), Herbst & Prüfer (2016), Hawken (1993), Raworth (2019), Taghvaee et al. (2022), Gačić et al. (2023)	Capacitar gestores para práticas de finanças solidárias, como compras conjuntas, gestão transparente e reinvestimento social dos excedentes.
6. Compromisso com a Comunidade e Justiça Socioambiental	O sétimo princípio cooperativista direciona a sustentabilidade para além da cooperativa, fortalecendo laços comunitários e ampliando o impacto social e ambiental positivo.	ICA (2022), Charterina (1995), Namorado (2013), Carson (1962), Rockström (2009), Robson (2024), Borgonovi et al. (2018)	Estabelecer fóruns comunitários para escuta ativa e codesign de políticas de saúde, com foco em prevenção, equidade e regeneração ambiental.

Fonte: Elaboração própria

Verifica-se, portanto, que no Quadro 02, as categorias priorizam aspectos técnicos e operacionais, como gestão de desempenho, estrutura institucional, indicadores e uso racional de recursos, que embora relevantes, poderiam ser aplicadas a qualquer organização de saúde, inclusive empresas privadas com fins lucrativos. Não há, nesse modelo, uma diferenciação teórica que evidencie a singularidade das cooperativas.

Em contraste, o Quadro 02 foi construído à luz da identidade cooperativista. Ele integra os autores dos artigos de saúde com o referencial teórico que sustenta o cooperativismo e o conceito de sustentabilidade crítica. As categorias foram reformuladas para refletir não apenas práticas organizacionais sustentáveis, mas também os valores, princípios e finalidades que distinguem as cooperativas das empresas de capital. A sustentabilidade, nesse novo quadro, deixa de ser uma simples meta operacional e passa a ser compreendida como expressão prática dos fundamentos do cooperativismo.

O Quadro 03 também redefine o papel do gestor. Se no primeiro modelo ele aparece como um técnico que busca eficiência e resultados, no segundo ele é apresentado como um sujeito político-pedagógico: um gestor-cooperativista comprometido com a formação crítica dos cooperados, com a democracia e com o desenvolvimento territorial. Isso amplia significativamente a relevância estratégica da educação cooperativista, não como ferramenta auxiliar, mas como base constitutiva da sustentabilidade nas cooperativas de saúde.



Do ponto de vista da comunicação com a comunidade, o Quadro 03 também oferece um diferencial competitivo importante, fundamentado na identidade cooperativista, permitindo que a cooperativa se apresente publicamente como uma organização comprometida com o desenvolvimento regional, com a justiça social e com a promoção do bem comum. Isso fortalece o seu posicionamento junto aos cooperados, aos usuários, aos gestores públicos e à sociedade em geral, valorizando sua singularidade e seu potencial transformador.

Em síntese, o Quadro 02, embora útil, limita-se a uma abordagem instrumental e genérica. Já o quadro construído a partir da identidade cooperativista articula teoria, prática e valores, sendo mais coerente com a natureza das cooperativas de saúde e mais potente enquanto ferramenta de gestão, formação e comunicação institucional.

Dessa forma, ao comparar os dois quadros, evidencia-se que a incorporação da identidade cooperativista, sob a perspectiva teórica, amplia significativamente a capacidade explicativa e propositiva da análise. Para além de um instrumento técnico de categorização, o novo quadro contribui para a construção de uma prática gestora alinhada aos valores do cooperativismo e aos desafios contemporâneos da sustentabilidade. Com base nisso, é possível afirmar que a educação cooperativista não apenas qualifica a atuação dos gestores, mas também fortalece a legitimidade das cooperativas de saúde junto às comunidades que atendem. A seguir, nas considerações finais, discutimos as implicações desse entendimento para o fortalecimento institucional das cooperativas e para sua atuação como agentes de desenvolvimento sustentável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar como a sustentabilidade pode ser abordada em cooperativas de saúde, a partir de uma perspectiva fundamentada na identidade cooperativista. Para isso, realizou-se uma revisão sistemática da literatura internacional indexada na base *Web of Science*, aplicando-se o protocolo *Methodi Ordinatio*.

Os principais resultados demonstraram que, embora haja crescente produção acadêmica sobre sustentabilidade em saúde, essa literatura tende a adotar uma abordagem tecnocrática e funcionalista, centrada em desempenho, inovação e eficiência. Embora relevantes, essas abordagens se mostram limitadas diante da complexidade do setor da saúde, que lida com bens essenciais à vida e exige um olhar ampliado sobre justiça social, equidade no acesso e qualidade relacional do cuidado.

A aplicação do *Methodi Ordinatio* permitiu selecionar os 18 artigos mais relevantes, que foram organizados em categorias temáticas e depois reinterpretados à luz dos princípios e

valores cooperativos. Conclui-se que a sustentabilidade, quando analisada a partir da identidade cooperativista, adquire novos significados e implicações práticas. As cooperativas de saúde, por sua natureza democrática e orientada ao bem comum, possuem um potencial transformador que vai além da eficiência organizacional. A incorporação da cooperação ética, da gestão participativa, da territorialização dos serviços e da educação cooperativista revela-se essencial para a construção de sistemas de saúde sustentáveis e comprometidos com a justiça socioambiental.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se o uso exclusivo da base de dados utilizada (Web of Science), a escassez de estudos específicos sobre cooperativas de saúde e o desafio metodológico de articular diferentes paradigmas teóricos. Ainda assim, a proposta de um novo quadro analítico, fundamentado na identidade cooperativista, representa uma contribuição relevante tanto para o campo teórico quanto para a prática das cooperativas, ao oferecer subsídios para a formação de gestores e o fortalecimento das cooperativas como agentes ativos na promoção da saúde como direito fundamental.

Por fim, sugere-se a ampliação da revisão para outras bases de dados, a aplicação empírica do quadro analítico proposto em cooperativas brasileiras, bem como o aprofundamento da articulação entre sustentabilidade, saúde e identidade cooperativa em contextos territoriais específicos. Tais caminhos podem contribuir para consolidar uma abordagem mais crítica, solidária e democrática da sustentabilidade na saúde, alinhada aos princípios do cooperativismo.

REFERÊNCIAS

- ACI – Aliança Cooperativa Internacional. (2015). Notas de orientación para los principios cooperativos. International Cooperative Alliance. Disponível em: <https://www.ica.coop/es/medios/biblioteca/research-and-reviews/notas-orientacion-principios-cooperativos>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- BEM, A.; SIEDLECK R.; PRĘDKIEWICZ P.; GAZZOLA P.; RYSZAWSKA B.; UCIEKLAK-JEŻ P. Hospitals' Financial Health in Rural and Urban Areas in Poland: Does It Ensure Sustainability? *Sustainability*, v. 11, n. 7, abr. 2019. DOI: 10.3390/su11071932.
- BOGARDUS, E. (1964). Cooperação: princípios. Rio de Janeiro: Editora Lidor.
- BORGONOVI, E.; ADINOLFI, P.; PALUMBO, R.; PISCOPO, G. Framing the Shades of Sustainability in Health Care: Pitfalls and Perspectives from Western EU Countries. *Sustainability*, v. 10, n. 12, 2018.
- BRUNDTLAND, G. H. (Relatório). Nossa futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CAMARGO, D. C.; BECKER, F. G. (2012). Cooperação e desenvolvimento: possibilidades e desafios. *Revista Brasileira de Educação*, 17(51), 545–558.
- CAPRA, F. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CARSON, R. Primavera Silenciosa. Tradução de Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Gaia, 2010.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CAVICCHI, C. Healthcare sustainability and the role of intellectual capital: Evidence from an Italian Regional Health Service. *Journal of Intellectual Capital*, v. 18, n. 3, p. 544-563, 2017. DOI 10.1108/JIC-12-2016-0128.



CHARTERINA, A. M. (1995). Los valores y los principios cooperativos. *Revesco - Revista de Estudios Cooperativos*, 61, 35–46.

DAILY, G. C. (Ed.). *Serviços da natureza: dependência social dos ecossistemas naturais*. Washington: Island Press, 1997.

DALY, H. E. *Beyond Growth: The Economics of Sustainable Development*. Boston: Beacon Press, 1996.

DEGAVRE, F.; KIEFFER S.; BOL David; DEKIMPE R.; DESTERBECQ C.; PIRSON T.; SANDU G.; TUBEUF S. *Searching for Sustainability in Health Systems: Toward a Multidisciplinary Evaluation of Mobile Health Innovations*. Sustainability, v. 14, n. 9, 2022.

DRIMER, M. J.; DRIMER, R. (1981). *Cooperativas: organização e administração*. São Paulo: Atlas.

ECKELMAN, M. J.; WEISZ, Ulli; PICHLER, P.; SHERMAN, J. D.; WEISZ, H. Guiding principles for the next generation of health-care sustainability metrics. *Lancet Planet Health*, v. 8, p. 603-609, ago. 2024.

ELKINGTON, J. Accounting for the triple bottom line. *Measuring Business Excellence*, 1998. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/eb025539/full/pdf?title=accounting-for-the-triple-bottom-line> Acesso em: 17 abr. 2025.

ELKINGTON, J. *Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Oxford: Capstone, 1997.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. Towards the circular economy - vol. 1: Economic and business rationale for an accelerated transition. Isle of Wight: EMF, 2012. Disponível em: <https://ellenmacarthurfoundation.org> . Acesso em: 9 abr. 2025.

FEIL, A. A; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 1-20, jul./set. 2017.

FERNANDES, F. (1967). Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar.

FONTELA, R. L. M. (2017). Las relaciones entre los valores y principios cooperativos y los principios de la normativa cooperativa. *Revesco – Revista de Estudios Cooperativos*, 124, 114–127.

FORGIARINI, D. I., et al. (2022). Coop Sustainability Framework: Instrumento de Diagnóstico para a Intervenção da Cooperativa na sua Comunidade com Vistas à Promoção do Desenvolvimento Sustentável. III Simpósio Latino-Americanano de Estudos de Desenvolvimento Regional. Aguardando publicação dos anais.

GAĆIĆ, J.; MILOJEVIĆ, S.; KNEŽEVIĆ, S.; ADAMOVIĆ, M. Financial Literacy of Managers in Serbian Health Care Organizations as a Path to Sustainability. *Sustainability*, v. 15, n. 7, abr. 2023. DOI: 10.3390-su15076113.

HAWKEN, P.; LOVINS, A.; LOVINS, L. H. *Capitalismo Natural: Criando a Próxima Revolução Industrial*. Tradução de Luiz A. de Araújo e Maria Luiza Felizardo. São Paulo: Cultrix, 2000.

JACKSON, T. *Prosperidade sem crescimento: Vida Boa em um Planeta Finito*. Tradução de José Eduardo Mendonça. Planeta Sustentável, Editora Abril, São Paulo, 2013.

KUMAR, P. Internal flexibility in health-care organizations: a value-laden perspective on sustainability. *International Journal of Organizational Analysis*, v. 30, n. 3, p. 721-742, 2022. DOI 10.1108/IJOA-05-2019-1766.

LEGA, F.; PRENESTINI, A.; SPURGEON, P. Is management essential to improving the performance and sustainability of health care systems and organizations? A systematic review and a roadmap for future studies, *Value in Health*, v. 16, n. 1, p. S46-S51, 2013.

MALTHUS, T. R. Ensaio sobre o Princípio da População. Tradução de Maria Silva. 2. ed. São Paulo: Editora XYZ, 2010.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, William W. *Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.. *Beyond the limits: confronting global collapse, envisioning a sustainable future*. Vermont: Chelsea Green Publishing, 1992.

MERRIAM-WEBSTER DICTIONARY. (2024). Cooperative. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/>

MÜNKNER, H. H.; MATEUS, A. F. (2011). *Direito cooperativo comparado: origens, modelos e transformações*. Brasília: Sistema OCB.

NAMORADO, R. (2013). *O mistério do cooperativismo*. Coimbra: Almedina.

NISBET, R. (1976). *Sociology as an art form*. London: Heinemann.

NOVKOVIC, S. (2008). Cooperative business: What is the role of cooperative principles and values? International Cooperative Alliance Research Conference. Cork, Ireland.

NOVKOVIC, S. (2022). Cooperative identity as a yardstick for transformative change. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 93, 313–336.

OMRI A.; KAHOULI B.; KAHIA M. Environmental sustainability and health outcomes: Do ICT diffusion and technological innovation matter? *International Review of Economics & Finance*, v. 89, Part B, 2024, p. 1-11.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

OXFORD LEARNER'S DICTIONARIES. (2024). Cooperative. Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/>

PAGANI, R. N.; KOVALESKI, J. L.; RESENDE, L. M.. “Methodi Ordinatio”: a proposed methodology to select and rank relevant scientific papers encompassing the impact factor, number of citations, and year of publication. *Scientometrics*, [S.l], v. 105, n. 3, p. 2109-2135, dez. 2015.

PINHO, D. B. (1962). *Dicionário de cooperativismo*. São Paulo: USP.

RAWORTH, K. *Economia Donut: Uma Alternativa ao Crescimento a Qualquer Custo*. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Zahar, 2019.

RIDDE, V.; FALY BA, M.; GUYOT Marion; KANE Babacar; MBOW, Ndeye Bineta; SENGHOR, Ibrahima; FAYE, Adama. Factors that foster and challenge the sustainability of departmental health insurance units in Senegal. *International Social Security Review*, v. 75, p. 97 – 117, 2022

RITMAK, N.; RATTANAWONG, Wanchai; VONGMANEE, Varin. A New Dimension of Health Sustainability Model after Pandemic Crisis Using Structural Equation Model. *Sustainability*, v. 15, n. 2, 2023.

ROBSON, E. Planetary health values and their implications for sustainability governance: Case study in the City of Blue Mountains, Australia. *Environmental Science & Policy*, v. 154, abr. 2024.

ROCKSTRÖM, J. et al. A safe operating space for humanity. *Nature*, v. 461, n. 7263, p. 472-475, 24 set. 2009.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SARTI, S; DARNALL, N; TESTA, F. Segmentação de mercado de consumidores com base em suas compras reais relacionadas à sustentabilidade e à saúde. *Journal of Cleaner Production*, v. 192, p. 270 280, 2018.

SCHNEIDER, J. O. (2003). A identidade cooperativa: uma construção teórica e política. Santa Maria: UFSM.

SCHNEIDER, J. O.; HENDGES, E. R.; SILVA, A. M. da. (2010). A identidade cooperativa como referência para a construção de indicadores sociais. *Revista de Economia Solidária*, 6, 22–36.

SCHNEIDER, J. O. (2019). *Identidade cooperativa: sua história e doutrina*. Porto Alegre: Sescoop/RS.

SCHWAB, K. *A Quarta Revolução Industrial* Tradução de Daniel M. Miranda. SP: Edipro,2016.

SCHWARTZ, Germano A. D.: Direito à saúde, aspectos jurídicos - Teoria dos sistemas: *Revista de Direito Sanitário*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 27-38, mar. 2001.

SELCUK, Gozdem Dural; VASILAKIS, Christos (2023). Evaluating the sustainability of complex health system transformation in the context of population ageing: Na empirical system dynamics study, *Journal of the Operational Research Society*, v. 74, n.1, p. 1-17, DOI: 10.1080/01605682.2021.1992307.

SEN, Amartya. *Development as Freedom*. New York: Oxford University Press, 1999.

TAGHVAEE, Vahid Mohamad; NODEHI Mehrab; ARANI Abbas Assari; RISHEHRI Mehrnoosh; NODEHI Shahab Edin; SHIRAZI Jalil Khodaparast. Fossil fuel price policy and sustainability: energy, environment, health and economy. *International Journal of Energy Sector Management*, v. 17, n. 2, 2023.

THOMAS, A.; SURESH, M. Readiness for agile-sustainability in health-care organizations. *International Journal of Quality and Service Sciences*, v. 15, n. 2, p. 148-167, 2023.

THOREAU, Henry David. *Walden, ou a Vida nos Bosques*. Tradução de Astrid Cabral. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2010.

WILSON, M.; SHAW, L. (2016). Co-operative education: empowering community and building capacity. Manchester: Co-operative College.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, <https://www.who.int/about/governance/constitution>

ZAIDI, Syed Anees Haider; SHAHBAZ, Muhammad; HOU, Fujun; ABBAS, Qaisar. Sustainability challenges in public health sector procurement: An application of interpretative structural modelling. *Socio-Economic Planning Sciences*, v. 77, out. 2021.